

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos, para apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (CARUANA), relativos ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. 1. Resultados: No exercício de 2015, a Caruana apresentou lucro líquido no montante de R\$6.775 mil (Lucro de R\$6.451 mil, em 31 de dezembro de 2014). O resultado positivo alcançado pela Sociedade – manutenção de lucratividade e aumento em 5,00% de um exercício para o outro foi impactado principalmente pelo aumento de receitas e tarifas provenientes do crescimento de sua carteira de crédito, além do rígido controle de custos administrativos, mantendo-se ainda a produtividade e rentabilidade das operações, mesmo frente aos desafios trazidos pela crise econômica e política que vem atravessando o País. 2. Destaque: A carteira total de

operações de crédito apresentava, em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$493.348 mil, representando um crescimento de 49% (quarenta e nove por cento) sobre o saldo em 31 de dezembro de 2014 (R\$331.894 mil). O volume da carteira de crédito reflete o aumento de operações, em especial as operações de CDC – Crédito Direto ao Consumidor e Capital de Giro, com garantias reais. Em 29 de janeiro e 23 de fevereiro de 2015 foram realizadas assembleias gerais da CARUANA, elevando o capital da Cia em R\$9.450 mil, em espécie, ambos aumentos aprovados pelo Banco Central do Brasil, capitalizando os montantes de R\$4.450 mil e R\$5.000 mil, respectivamente, integralizados pelo acionista majoritário CARUANA S.A. Participações e Empreendimentos. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015 a CARUANA realizou emissão e a respectiva colocação de R\$10.000 mil em Letras Financeiras Subordinadas, evento submetido ao Banco Central do Brasil, tendo sido aprovado pela Autarquia em 15 de dezembro de

2015. Referidos eventos de capital, respectivamente de nível 1 e de nível 2, trouxeram conforto à margem operacional da Instituição, suporte ao futuro crescimento de suas operações, além do perfeito enquadramento dentro dos limites exigíveis do Programa Basiléia III. Os aumentos de capital aqui citados tiveram recursos originários da emissão de debêntures promovidas pela CARUANA S.A. Participações e Empreendimentos. Os detalhes sobre emissão das debêntures, aqui citadas, estão explicitados nas Demonstrações Financeiras da CARUANA S.A. Participações e Empreendimentos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014, publicados neste mesmo jornal e em na página da internet da Companhia, na rede mundial de computadores. São Paulo, 25 de março de 2016.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Ativo, Nota, 2015, 2014. Rows include Circulante, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Títulos e valores mobiliários, Operações de crédito, etc.

Table with 4 columns: Passivo, Nota, 2015, 2014. Rows include Circulante, Depósitos, Recursos de aceites cambiais, Outras obrigações, Não Circulante, Depósitos, Recursos de aceites cambiais, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Table with 6 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015, Capital social, Aumento Capital, Reservas de lucros (Legal, Estatutária), Lucros acumulados, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro 2013, Saldo em 31 de dezembro 2014, Saldo em 30 de junho de 2015, Saldo em 31 de dezembro de 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”) autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008, por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo Bacen estão sendo observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento ao setor de transportes, especialmente o crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No exercício de 2015, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (financiamento ao setor de transporte coletivo e sua cadeia produtiva); b) continuidade em sua atuação como administradora de meio de pagamento eletrônico de Frete; e c) investimentos na implantação de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão de crédito consignado destinado aos funcionários das empresas de transporte coletivo de passageiros), adicionando-se a estruturação de novo e inovador modelo de meios eletrônicos de pagamento destinados a consumidores vinculados ao transporte coletivo de passageiros (cartão de crédito e cartão pré-pago). 2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. 3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) Apuração do resultado: As receitas e

despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge accounting” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. e) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

Table with 5 columns: Descrição, Nota, 2º semestre 2015, Exercício 2015, Exercício 2014. Rows include Receitas de intermediação financeira, Despesas de intermediação financeira, Resultado bruto da intermediação financeira, Imposto de renda e contribuição social, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

Table with 5 columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Nota, 2º semestre 2015, Exercício 2015, Exercício 2014. Rows include Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios, Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido, Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Table with 5 columns: Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Nota, 2º semestre 2015, Exercício 2015, Exercício 2014. Rows include Aumento de capital, Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de financiamento, Aumento de capital, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e não foi identificado em 31 de dezembro de 2015 evidências de perda pelo valor recuperável dos ativos da companhia. g) Imobilizado, diferido e intangível: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da companhia...

... *continuação*

15. Outras receitas operacionais	2º Semestre		
	Exercício		
	2015	2015	2014
a) Outras receitas operacionais			
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9	27	709
Reversão de provisões operacionais	–	96	149
Outras rendas operacionais	41	44	21
Total	50	167	879
b. Outras despesas operacionais	2º Semestre		
	Exercício		
	2015	2015	2014
Atualização de impostos	18	52	23
Processos cíveis e trabalhistas	16	52	–
Provisão processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	443	775	690
Outras despesas operacionais	36	41	13
Total	513	920	726

17. Transações com partes relacionadas – a) Transações com partes relacionadas

Descrição	Parte Relacionada	2015		2014	
		Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
		Letra de câmbio			
	Caruana S/A Participações e Empreendimentos	(516)	(43)	(30)	1
Total		(516)	(43)	(30)	1

b) Remuneração da Administração: Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 777 (R\$ 580 em 2014). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-empregos, rescisão de contrato de trabalho.

18. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	2º semestre		
	Exercício		
	2015	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e JSCP	6.341	7.426	9.836
Juros Sobre Capital Próprio	(3.715)	(3.715)	(2.250)
Resultado antes do imposto de renda e após JSCP	2.626	3.711	7.586
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% respectivamente (15% até agosto de 2015)	(1.050)	(1.484)	3.034
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	37	87	184
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias para as quais não foram constituídos Créditos Tributários	566	794	535
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(477)	(653)	(3.385)

19. Limites operacionais – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

16. Outras despesas administrativas	2º Semestre		Exercício	
	2015		2015	
	2015		2014	
Despesas de processamento de dados	(1.937)	(3.842)	(3.446)	
Despesas de serviços de terceiros	(2.695)	(4.958)	(4.892)	
Despesas de comunicação	(396)	(711)	(956)	
Despesas de publicações	(31)	(83)	(93)	
Despesas do serviço financeiro	(1.671)	(3.298)	(3.216)	
Despesas com serviços técnicos especializados	(957)	(1.780)	(2.025)	
Despesas de propaganda e publicidade	(82)	(85)	(2)	
Despesas de viagens no País	(387)	(842)	(476)	
Despesas com depreciação e amortização	(187)	(343)	(345)	
Despesas com relações públicas	(237)	–	–	
Outras despesas administrativas	(905)	(1.811)	(1.917)	
Total	(9.485)	(17.753)	(17.368)	

Descrição	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
	Letra de câmbio			
	(516)	(43)	(30)	1
Total	(516)	(43)	(30)	1

Limites operacionais	31/12/2015		
	Exigência (limite)	Situação	Margem
	Patrimônio de Referência Mínimo		
Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	62.417	74.747	12.330
Patrimônio de Referência Nível I			
Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	34.045	66.747	32.702
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13 (*)	25.534	66.747	41.213
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	37.374	1.823	35.551
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	66.747	59.747
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	55.209	48.209
(*) E alterações complementares.			

Limites operacionais	31/12/2014		
	Exigência (limite)	Situação	Margem
	Patrimônio de Referência Mínimo		
Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	41.752	51.069	9.317
Patrimônio de Referência Nível I			
Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	20.876	51.069	30.193
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	17.080	51.069	33.989
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	25.535	1.032	24.503

PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*) 7.000 51.080 44.080

Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*) 7.000 42.602 35.602

(*) E alterações complementares.

Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria – a) Governança: A Administração da CARUANA entende que decisões colegiadas são fundamentais. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração, Gestores Seniores e Consultores Externos. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal aculturação, natural, leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa. b) Controles Internos: A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro. c) Gerenciamento de Riscos: No gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, operacional, de crédito e na gestão de capital, estamos acompanhando e monitorando com a frequência necessária à segurança das operações e informações de crédito. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da CARUANA é composta pelo: Gestor de Riscos; Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos; Comitê de Riscos; e Diretor Responsável por Gestão de Riscos caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento do processo e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzido pela CARUANA, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores. d) Ouvidoria: Atenta aos direitos do consumidor, a CARUANA mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para registrar as manifestações dos clientes, buscando soluções tempestivas, mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet).

A Administração
Yitiro Nishikawa – Contador CRC 1SP 111.488/O-6

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionista da **Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasi-

leiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos

os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2016.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita – Contador
CRC nº 1SP 201.506/O-5

Deloitte.